

**FICHA DE INFORMAÇÃO NORMALIZADA EM MATÉRIA DE CRÉDITO AOS CONSUMIDORES,
EM CASO DE CONTRATAÇÃO À DISTÂNCIA - GERAL
INFORMAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL**

A - ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Identificação da Instituição de Crédito	
1.1. Denominação	Banco Credibom, S.A. (doravante designado por "Credibom")
1.2. Endereço	Lagoas Park, Edifício 14, Piso 2, 2740-262 Porto Salvo
1.3. Contactos	Telefone: 214 138 457 Fax: 214 125 121 E-mail: creditodirecto@credibom.pt
2. Identificação do Representante da Instituição de Crédito (se aplicável)	
2.1. Denominação	Não aplicável
2.2. Endereço de Correspondência	
2.3. Contactos	
3. Identificação do Intermediário de Crédito (se aplicável)	
3.1. Denominação	Não aplicável
3.2. Endereço	Não aplicável
3.3. Contactos	Não aplicável
3.4. Tipo de Intermediário	Não aplicável
4. Registo Comercial da Instituição de Crédito (se aplicável)	
4.1. Registo Comercial	Conservatória do Registo Comercial de Cascais
4.2. Número de Registo	503 533 726
4.3. Autoridade de Supervisão	Banco de Portugal
5. Data da FIN	
06/03/2020	

B - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO

1. Tipo de Crédito	
1.1. Designação Comercial do Produto	Crédito Pessoal – Sem finalidade específica
1.2. Categoria	Crédito Pessoal
2. Montante Total do Crédito	
Montante total de crédito de €5 000,00, o qual inclui € 5 000,00 respeitante ao montante de crédito solicitado pelo consumidor, € 0,00 de seguro facultativo se aplicável e o montante de € 0,00 relativos a encargos financiados.	
3. Condições de Utilização	
O montante total do crédito será colocado à disposição do Consumidor após a avaliação da sua solvabilidade, da comprovação das informações por si prestadas, e depois da recepção e verificação pelo Credibom de toda a documentação exigida. O Consumidor terá de indicar ao Credibom o IBAN de uma conta depósito aberta junto de um Banco, com sede/sucursal em Portugal da sua titularidade, para proceder ao recebimento do montante do crédito e pagamento das prestações, por meio do Sistema de Débitos Directos.	
4. Duração do Contrato (meses)	
24	
5. Reembolso do Crédito	
5.1. Modalidade de Reembolso	Normal
5.2. Regime de Prestações	Constantes
5.3. Montante da Prestação	€ 223,55
5.4. Nº de Prestações (se aplicável)	24
5.5. Periodicidade da Prestação	Mensal
5.6. Imputação (se aplicável)	Não aplicável
6. Contrato Coligado (se aplicável)	
6.1. Bem ou Serviço	Não aplicável
6.2. Preço a Pronto	Não aplicável
7. Garantias	
Livrança em branco subscrita pelo(s) cliente(s), caso aplicável.	

8. Reembolso Antecipado

8.1. Comissão de Reembolso Antecipado	A determinação da comissão a ser paga pelo Consumidor ao Credibom é feita de acordo com o artigo 19º do D. L. nº 133/2009, nos seguintes termos: 0,5% ou 0,25% do montante do capital reembolsado antecipadamente, consoante o período decorrido entre o reembolso antecipado e a data estipulada para o termo do contrato de crédito seja superior ou inferior/igual a um ano, salvo se o reembolso do crédito resultar da execução de contrato de seguro destinado a garanti-lo; Caso a comissão calculada, nos termos do parágrafo anterior, exceda o montante dos juros que o Consumidor teria de pagar durante o período que medeia entre o reembolso antecipado e a data estipulada para o termo do contrato, a mesma será reduzida na parte correspondente ao excesso.
8.2. Condições do Exercício	O consumidor tem o direito de, em qualquer momento, cumprir antecipadamente, total ou parcialmente, o contrato de crédito, mediante pré-aviso não inferior a 30 dias, enviado ao Credibom em papel ou noutro suporte duradouro.

C - CUSTO DO CRÉDITO

1. Taxa de Juro Anual Nominal (TAN)

1.1. Taxa de Juro Nominal (TAN)	6,600 %
1.2. Regime da Taxa de Juro	Fixa
1.3. Se aplicável Taxa de Juro Nominal Fixa	6,600 %
1.3.1. Identificação da taxa base (se aplicável)	Não aplicável
1.3.2. Valor da taxa base na data da FIN (se aplicável)	Não aplicável
1.3.3. Spread inicial (se aplicável)	Não aplicável
1.3.4. Alteração da taxa de juro nominal (se aplicável)	Não aplicável
1.4. Se aplicável Taxa de Juro Nominal Variável	
1.4.1. Identificação do indexante	Não aplicável
1.4.2. Valor do indexante na data da FIN	Não aplicável
1.4.3. Spread	Não aplicável
1.4.4. Periodicidade de revisão da taxa	Não aplicável

2. Taxa Anual de Encargos Efectivos Global (TAEG)

TAEG 9,52 %

3. Encargos Incluídos na TAEG

3.1. Valor Total dos Encargos	€ 481,20
3.2. Discriminação dos Encargos incluídos na TAEG	
3.2.1. Comissões de abertura de contrato (se aplicável)	€ 0,00 que inclui 4 % de IS
3.2.2. Comissão de processamento de prestações (se aplicável)	€ 36,00 que inclui 4 % de IS
3.2.3. Anuidades (se aplicável)	Não aplicável
3.2.4. Seguros exigidos (se aplicável)	Não aplicável
3.2.5. Imposto do selo ou IVA (se aplicável)	€ 80,00 de I.S.U.C. que corresponde a 1,60 %; € 14,05 de I.S. sobre juros que corresponde a 4 %; € 1,44 de IS sobre comissões que corresponde a 4 %.
3.2.6. Custo de utilização de meios de comunicação à distância	Não aplicável
3.2.7. Comissões de intermediação de crédito (se aplicável)	Não aplicável
3.2.8. Custos conexos (se aplicável)	Não aplicável
(i) Custos com contas de depósitos à ordem	Não aplicável
(ii) Custos com meios de pagamento	Não aplicável
(iii) Outros custos	Não aplicável
(iv) Condições de alteração dos custos	Caso e durante a execução do contrato de crédito, o consumidor venha a solicitar alguma alteração contratual ou a emissão de documentos, será aplicável a comissão/despesas de acordo com o Preçário em vigor, que poderá consultar em www.credibom.pt . O Credibom poderá alterar, a qualquer momento, os custos e demais encargos relacionados com o contrato de crédito, desde que informe o consumidor, por meio de papel ou noutro suporte duradouro, das alterações verificadas no Preçário, nos termos legais.

4. Contratos Acessórios Exigidos (se aplicável)	
4.1. Seguros Exigidos	Não aplicável
4.1.1. Coberturas mínimas exigidas	
4.1.2. Descrição	
(i) Designação do produto	
(ii) Periodicidade de pagamento	
(iii) Prémio de seguro previsível	
(iv) Outros custos do seguro	
4.2. Outros contratos Exigidos	Não aplicável
5. Montante Total Imputado ao Consumidor (se aplicável)	
€ 5 481,20	
6. Custos Notariais (se aplicável)	
Não aplicável	
7. Custos por Falta de Pagamento	
7.1. Taxa de Juro de Mora	TAN + sobretaxa de 3%
7.2. Regras de Aplicação da taxa de Juro de Mora	O(s) Consumidor(es) fica(m) constituído(s) em mora caso não efectue(m) o pagamento de qualquer prestação de capital e/ou juros na data do respectivo vencimento. A falta de pagamento no prazo estipulado de qualquer prestação convencionada constitui o(s) Consumidor(es) em mora e importa a aplicação de uma sobretaxa anual de 3%, a título de juros moratórios (sujeitos a Imposto do Selo à taxa de 4%), a acrescer à taxa de juros remuneratórios acordada, calculada sobre o montante vencido e não pago.
7.3. Outros encargos (se aplicável)	Será ainda cobrada uma única vez, por cada prestação vencida e não paga, uma comissão pela recuperação dos valores em dívida de 4% do valor da prestação em mora, excepto se o valor apurado for inferior a € 12,00 ou superior a € 150,00, casos em que, respectivamente, a comissão será de € 12,00 ou limitada a € 150,00. Sempre que a referida comissão não seja paga, poderá acrescer ao montante do capital em dívida em caso de reestruturação do Contrato ou consolidação de contratos de crédito. As despesas posteriores ao incumprimento que o Banco venha a suportar perante terceiros por conta do(s) Consumidor(es) poderão ser repercutidas neste(s) mediante apresentação da respectiva justificação documental.
7.4. Consequências da Falta de Pagamento (se aplicável)	A falta de pagamento de quaisquer obrigações contratuais pelo(s) Consumidor(es) poderão acarretar a perda do benefício do prazo ou a resolução do contrato de crédito nos termos do artigo 20º do DL n.º 133/2009, de 2 de Junho, legitimando o Credibom a accionar judicialmente a livrança que se encontra na sua posse e outras garantias constituídas, caso existam, a seu favor. Será ainda comunicado à Central de responsabilidades de Crédito, gerida pelo Banco de Portugal, a situação de incumprimento por parte do(s) Consumidor(es) e Avalista(s).

D - OUTROS ASPECTOS JURÍDICOS

1. Direito de Revogação	
O Consumidor tem o direito de revogar o contrato de crédito no prazo de 14 dias de calendário, sem necessidade de invocar qualquer motivo, nos termos do artigo 17º do D. L. nº 133/2009, de 2 de Junho.	
2. Rejeição de Pedido de Crédito	
O Consumidor tem direito a ser informado, imediata, gratuita e justificadamente, do resultado da consulta de uma base de dados para verificação da sua solvabilidade, se o pedido de crédito for rejeitado com fundamento nessa consulta, excepto se tal comunicação for proibida pelo direito comunitário ou se for contrária aos objectivos da ordem pública ou da segurança pública.	
3. Cópia do Contrato	
O consumidor tem o direito de obter gratuitamente uma cópia da minuta do contrato de crédito.	
4. Lei Aplicável	
4.1. Lei Aplicável Antes da Celebração do Contrato	Lei Portuguesa
4.2. Lei Aplicável ao Contrato	Lei Portuguesa
4.3. Foro Competente	Sempre que se verifiquem elementos de conexão com mais de uma ordem jurídica, para a resolução de questões emergentes do presente contrato, designadamente as referentes à validade, eficácia, interpretação, integração, incumprimento e/ou cumprimentos defeituoso, serão exclusivamente competentes os Tribunais Portugueses.

5. Resolução de Litígios (se aplicável)

Eventuais reclamações do Cliente poderão ser apresentadas:

- i) no Banco, por escrito, directamente na sede ou estabelecimento deste;
- ii) por carta, dirigida ao Banco;
- iii) por e-mail enviado para o endereço dac.reclamacoes@credibom.pt.

O Banco aderiu voluntariamente ao Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa - CACCL, (sediado na Rua dos Douradores, nº 108 – 2.º andar, 1100 – 207, Lisboa) e Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto - CICAP, sediado na Rua Damião de Góis, 31 - Loja 6 - 4050-225 Porto, entidades legalmente autorizadas a realizar arbitragens, às quais, no âmbito das respectivas competências, o Cliente poderá submeter a resolução de litígios.

6. Idioma (se aplicável)

O idioma utilizado na informação pré-contratual, o contrato e em todas as comunicações relativas ao contrato é o português.

7. Prazo das Condições da FIN

As informações constantes deste documento são válidas por 30 dias a contar da data de emissão.